

Rumo ao Outro, o Caminho da Paz

CARLOS V. ESTÊVÃO *

Coube-me encerrar este V Congresso Internacional de Pedagogia, sob o lema tão inspirador: *Educação e Cultura de Paz: memória, verdade e perdão*. Agradeço, desde logo, a participação de todos, quer como conferencistas, quer como integrantes de painéis, quer como participantes com ou sem comunicação, quer, ainda, como colaboradores (membros do secretariado, técnicos de Informática, funcionários de apoio e alunos). Todos dignificaram este Congresso e de certeza que também saíram mais enriquecidos e mobilizados para lutar pela nobre causa da paz.

Queria, agora, deixar aqui algumas reflexões breves sobre o tema deste evento, subordinando-as ao tema: *Rumo ao outro, o caminho da Paz*.

A primeira reflexão prende-se com a conhecida frase de Mahatma Gandhi que diz: “não existe um caminho para a paz. A paz é o caminho”, que eu interpreto como não havendo alternativa à caminhada da nossa realização como humanos senão trilhar a preocupação e o cuidado pelo outro, respeitando sempre a humanidade do humano, por mais difícil que seja compreender o sentido deste humano devido a concepções redutoras, elitistas ou segregadoras que têm servido para o interpretar (e manipular) ao longo da história.

Entendo, então, que o primeiro ato contra a paz está no descaminho, ou seja, no desfocar o sentido do humano, não dando conta da dialética das identidades e das diferenças, da sua riqueza e da sua complexidade, estabelecendo-se, ao invés, interditos e hierarquias entre os humanos, distinguindo, por exemplo, os verdadeiramente humanos dos quase humanos ou dos humanos “sem alma”.

* Universidade Católica Portuguesa. Universidade do Minho.

✉ caestevao@ucp.pt

 <https://orcid.org/0000-0002-5344-0638>

Contra esta e outras formas de inumanidade, algumas das quais perduram no nosso tempo resultantes, nomeadamente, da fase crepuscular da ética que experienciamos, da filosofia idolátrica do sujeito, da ditadura e dogmatismo da atualidade ou do presentismo, da banalização dos mundos de vida, da privatização da violência ... há que desenvolver a sensibilidade ética que valorize o Outro e que considere, entre outros aspetos, a justificação da dor do próximo pela violência, guerra ou outras causas, como fonte de toda a imoralidade.¹

Ampliando esta ideia, a solução então para os descaminhos e para os atalhos que nos levam tantas vezes a becos sem saída, é procurar talvez a tão kantiana “paz perpétua”, vivida numa democracia mais *cosmopolítica* (mais do que simplesmente cosmopolita) e, acrescento, mais hospitaleira, a qual implica uma nova responsabilização social e política, uma nova ética, onde caiba a ideia de partilha dos lugares da Terra, que atenda aos mais frágeis, aos marginalizados e aos excluídos pelo sistema mundial, e, finalmente, que considere a segurança humana coletiva como um bem público global.

Neste contexto, não é tolerável nem compreensível uma atitude de abstinência ética face à necessidade urgente de ampliar o princípio da igualdade de direitos, de respeitar a riqueza da diversidade, de reconhecer a multiplicidade de culturas, de criar uma ordem mundial ecuménica que reivindique a paz e mais respeito pela sustentabilidade planetária.

Creio que só a partir desta perspetiva cosmopolítica (que exige, desde logo, uma *dialógica* política) será possível promover, pese embora algum idealismo desta posição, uma ordem global democrática assente na ideia de que todos os seres humanos devem beneficiar do estatuto global de serem “uma unidade básica de preocupação moral”,² em igualdade e sem discriminação.

Como é fácil de constatar, todas estas reflexões partem de uma premissa mais funda, de inspiração levinasiana: a prioridade do Outro (prioridade que é, também no meu entender, o fundamento dos direitos humanos e da paz).

Efetivamente, também considero que o encontro com o Outro deve ser visto como a raiz da minha responsabilidade por ele, emer-

1. Emmanuel Lévinas, *Entre nous. Essais sur le penser-à-l'autre* (Paris: Grasset & Fasquelle, 1991), 140.

2. Thomas Pöggge, *La pobreza en el mundo y derechos humanos* (Barcelona: Paidós, 2005), 216.

gindo a partir daqui não apenas o sentido de justiça mas também o sentido mais radical do amor ao próximo. E tudo isto independentemente da reciprocidade ou da simetria, porque o importante, segundo Lévinas, é o Outro que “é antes de tudo aquele por quem eu sou responsável”.³ Se tal não acontecer e partirmos, ao invés, da subalteridade, do desamor e da estranheza do Outro, iniciar-se-á a barbárie do ser.⁴

Quanto à educação, e coerentemente com o que acabei de afirmar, ela deveria assumir-se igualmente, não como uma educação de *conveniência* sempre pronta a servir “outros Senhores” ou outros poderes alheios ao seu mundo, mas como uma educação *cosmopolítica*⁵ que investe na criação de cidadãos do mundo e para o mundo e que tomam consciência, entre outros aspetos, de que este mundo é, ou deverá ser, uma comunidade de riscos partilhados.

Trata-se, enfim, de uma educação que interioriza uma perspetiva global e horizontal do futuro da humanidade, uma vez que todos os indivíduos têm igual valor moral e devem fazer parte da nossa comunidade de diálogo e de atenção.

A educação é, neste sentido, um exercício (e repito) para o estatuto de cidadão do mundo e para o mundo, conservando e transmitindo o amor ao humano, para que se torne mais solidária e justa, enfim, mais habitável a nossa morada humana. É este o sentido de “cidadania terrestre” que Morin⁶ propunha e que faz, por outro lado, com que a educação se apresente como um outro nome da justiça.

Esta forma de encarar a educação como cosmopolítica implica, igualmente, que cada um de nós seja educado para, em linguagem metafórica, “nos redimirmos com o Outro” (não para convertê-lo). Esta redenção exige, como ato prévio, o reconhecimento da complexidade de culturas, seres humanos e histórias que se cruzaram e cruzam connosco e, além disso, o reconhecimento de cada um poder exercer a sua voz e poder contar a sua história por mais desinteressante ou irrelevante que nos pareça ou por mais inverosímil que nos surja a sua dramatização das injustiças sofridas. Neste sentido a educação é funda-

3. Emmanuel Lévinas, *Humanisme de l'autre homme* (Paris: Fata Morgana, 1972), 147.

4. Ibid., 152.

5. Ver Carlos V. Estêvão, “Educação, globalizações e cosmopolitismos: novos direitos, novas desigualdades,” *Revista Portuguesa de Educação* 22, no. 2 (2009): 35–52.

6. Cf. Edgar Morin, *Os sete saberes para a educação do futuro* (Lisboa: Instituto Piaget, 2002).

mentalmente o exercício do “direito a ser mais”.⁷

Por fim, e para reforçar a centralidade do Outro, urge alimentar, também pela educação, o que Esquirol chama de “resistência íntima”,⁸ entendida como um profundo movimento do humano, para construirmos a proximidade com o Outro, para nos avizinhamos da casa comum, para descobrirmos o caminho da presença e do sentido e nos cuidarmos e ampararmos mutuamente, na clareira da paz.

Mais. Se a existência humana se inicia na casa comum, ou melhor, se a existência humana começa na casa, no lar que é o Outro, a paz será, conseqüentemente, o estado natural que decorre do acolhimento como condição da existência. E será desta fonte que brotará também a transcendência da educação.

Face a este horizonte de sentido, termino com três interrogações/inquietações, inspiradas nos três painéis deste Congresso:

- como a educação e a cultura de paz podem não ter presente a abertura da verdade que nos inquieta mas que também nos apazigua e nos transmite, para além da claridade dos factos, “o abraço da alma” (expressão de Esquirol)?⁹
- como a educação e a cultura de paz podem não ter presente o dever da memória que nos dilata temporalmente e que nos leva a cuidar do Outro uma vez que a memória é um dos modos privilegiados de respeitar e celebrar a alteridade?
- como a educação e a cultura de paz podem não ter presente o caminho do perdão que nos redime, que nos acaricia e que nos aconchega ao Outro e nos permite pensar e construir “um mundo menos feio, mais humano, mais justo, mais decente”?¹⁰

Termino, com o título que dei a esta minha intervenção: *Rumo ao outro, o caminho da paz*. Penso que só deste modo (e servindo-me do título de um álbum recente de um fadista português), viveremos numa “terra que vale o céu”.

7. Cf. Paulo Freire, *Pedagogia do oprimido*, 42ª ed. (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005).

8. Josep Maria Esquirol, *A resistência íntima. Ensaio de uma filosofia da proximidade* (Lisboa: Ed. 70, 2020).

9. Josep Maria Esquirol, *A resistência íntima. Ensaio de uma filosofia da proximidade* (Lisboa: Ed. 70, 2020).

10. Paulo Freire, *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos* (São Paulo: Editora UNESP, 2000), 114.

Referências

- Esquirol, Josep Maria. A resistência íntima. Ensaio de uma filosofia da proximidade. Lisboa: Ed. 70, 2020.
- Estêvão, Carlos V. "Educação, globalizações e cosmopolitismos: novos direitos, novas desigualdades." *Revista Portuguesa de Educação* 22, no. 2 (2009): 35–52.
- Freire, Paulo. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- Freire, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 42ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- Lévinas, Emmanuel. *Entre nous. Essais sur le penser-à-l'autre*. Paris: Grasset & Fasquelle, 1991.
- Lévinas, Emmanuel. *Humanisme de l'autre homme*. Paris: Fata Morgana, 1972.
- Morin, Edgar. *Os sete saberes para a educação do futuro*. Lisboa: Instituto Piaget, 2002.
- Pöggge, Thomas. *La pobreza en el mundo y derechos humanos*. Barcelona: Paidós, 2005.

